

UMA “VIAGEM” CARTOGRÁFICA PELO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS: EJA

Luan Filipe Fonseca Coelho¹

fonseca_ueg@outlook.com.br

Samuel Soares de Castro²

saomuel@hotmail.com

Arlete Mendes Silva³

arlete.mendes@ueg.br

RESUMO:

Baseando na Geografia, na cartografia e na didática, o presente artigo tem como objetivo apresentar o resultado preliminar da pesquisa realizada na EJA, Ensino de Jovens e Adultos, da Escola Municipal Deputado José de Assis, no Município de Anápolis, Goiás. A pesquisa tem como objetivo analisar o índice de alfabetização cartográfica dos alunos do 4º semestre do turno noturno. Com fundamentação teórica em vários autores, em especial Almeida 2013, o artigo pretende discutir a cartografia em sala de aula, da introdução do conhecimento cartográfico considerando que está em grande parte não e trabalhada com os educandos. Sempre de forma interdisciplinar, a geografia e cartografia ingressaram a partir do século XVIII, um constante processo de evolução, que desencadeou uma série de novas tecnologias que transformaram de forma rápida a vida do homem, sobretudo, no modo de produzir mercadorias. A cartografia e a geografia sempre tiveram importância para a sociedade e para o Estado em vários contextos, dentre eles na Geopolítica e na formação territorial. Na concepção de Moraes (2008), a geografia e a cartografia tiveram um papel fundamental na realização do inventário das riquezas de cada povo e no fornecimento de informações relativas aos diversos locais do planeta. O artigo ressalta a história da cartografia, desde seu “surgimento”, sua institucionalização até o contexto atual, considerando que essa ciência está presente no cotidiano de todos. A ciência cartográfica, sempre em evolução os primeiros estudos na Grécia antiga, mostra os gregos contribuindo de forma significativa as projeções cartográficas. Foram eles que institucionalizaram a esfericidade da Terra e suas medidas geodésicas. A EJA é uma modalidade de ensino ofertado para cidadãos que não concluíram o ciclo educacional no tempo certo, conforme assegura o artigo 37, capítulo II, seção V da Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

Palavras Chave: Cartografia, Ensino, EJA

INTRODUÇÃO

Como ponto de partida dessa “viagem cartográfica”, faz-se importante considerar a não recente evolução histórica da Cartografia. Ciência essa responsável pela coleta de informação, análise e interpretação de mapas. Com técnicas avançadas em cada época de sua utilização, a cartografia, importante instrumento político e militar também fez história na

¹Discente do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás UEG. Email: fonseca_ueg@outlook.com.br

² Docente da Secretaria de Educação de Anápolis – SEMED. Email: saomuel@hotmail.com

³Docente da Universidade Estadual de Goiás/UEG – Secretaria Municipal de Educação – SEMED Email: arlete.mendes@ueg.br

época das grandes navegações e processo de colonização territorial além mar (do velho ao novo continente). O uso cartográfico de “mapas” contribuiu na ferrenha missão de alcançar novos territórios, tarefa empreendida por muitos colonizadores e exploradores, bandeirantes, aventureiros, conquistadores do mar e por terra.

Desde tempos remotos as sociedades utilizam ferramentas cartográficas para facilitar sua localização e atividades cotidianas, militares e bélicas. Mesmo as técnicas cartográficas não apresentando, na época, boas representações espaciais por não possuir grandes índices de precisão, o trabalho da cartografia e a construção de outros instrumentos de orientação e localização iam sendo construídos e testados de forma bastante laboriosa.

Diversas representações “cartográficas” ou espaciais procuravam explicar a lógica do mundo propondo uma dinâmica para análise do espaço de maneira simplificada. Exemplo disso tem-se o mapa do mural de Çatal-Hüyük com o qual se inicia a cronologia da cartografia urbana. Descoberto, no transcurso de escavações em 1963, por J. Mellaart, o “mapa” de Çatal-Huyuk é um dos registros mais antigos de que se tem conhecimento. A imagem tem uma idade de mais de oitenta séculos. Nela pode-se observar um povoado e um vulcão em erupção.



Fonte: www.bibliotecapleyades.net

A ciência cartográfica, sempre em evolução os primeiros estudos na Grécia antiga, mostra os gregos contribuindo de forma significativa as projeções cartográficas. Foram eles que institucionalizaram a esfericidade da Terra e suas medidas geodésicas. Com grandes cartógrafos e cientistas, como Ptolomeu e Aristóteles, foram representados fenômenos Ptolomeu, elaborou uma coleção com vinte e sete mapas, intitulada “geografia”, sua produção representava o mundo conhecido na época, com forma esférica, o mais próximo dos mapas atuais. Os outros 26 detalhavam diferentes regiões. Assim, Ptolomeu foi o autor do primeiro Atlas universal, objeto de suma importância para a sociedade, permitindo sua localização no espaço.

Nos fins do século XV e XVI, a confecção de mapas ganha novas dimensões, pois fica “comprovado” que a Terra era redonda, o que provocou novas representações. As grandes navegações exigiam mapas mais detalhados, permitindo que o espaço geográfico e o espaço conhecido ampliassem, tornando possível a representação do mundo de maneira mais real.

Vale ressaltar que a invenção da imprensa contribuiu muito para a difusão da cartografia, pois antes desta, os mapas eram manuscritos. No século XVI, Gerhard Mercator (1512-1594) foi outro cartógrafo de renome, e a partir de então com os progressos da agrimensura, da astronomia e da geometria ofereceram conhecimentos e técnicas para a formação de uma verdadeira ciência cartográfica, baseada em cálculos complexos e rigorosos.

Na Idade Média, marcada pelas grandes navegações, período compreendido entre os séculos XV e XVI, a cartografia era uma ciência que servia para a burguesia e a serviço do Estado. Para domínio de um território, era necessário levantar dados e inventariá-los, atividade exercida por um cartógrafo oficial, com regalias reconhecidas e ofertadas pela Coroa.

Bonifácio e Silva (2009) destacam que no século XVI, com grandes reformas na Igreja Católica, de ordem política e social observadas como protesto para descentralizar o Governo da Igreja. No entanto ocorre um aumento na produção cartográfica, com os trabalhos de cartógrafos portugueses, espanhóis e italianos, como Fernão Vaz Dourado, Juan de La Cosa (1500), Toscanelli, Cantino, Piri Reis (1513), entre outros. A partir de então, a ordem vigente passa a ser contestada, permitindo novas interpretações da ciência.

Nesse contexto, a cartografia contribuiu para uma dominação e reconhecimento do território, fator que explica a necessidade de um cartógrafo nas expedições além-mar, e este como especialista em mapas, ficava responsável pela sua elaboração, análise e reprodução. A cartografia a serviço da dinâmica política, econômica, militar, científica e religiosa realizou e realiza diversos trabalhos / expedições a fim de representar as medidas geodésicas da Terra, datados em tempos antigos. A exemplo cita-se a representação cartográfica apresentada por Erastóstenes (276-196 A.C), representando em seu trabalho sete paralelos e diversos meridianos.

Vale à pena ressaltar que entre algumas reproduções cartográficas produzidas pelos gregos, temos o sistema de coordenadas, que surgiu com a observação do céu e do movimento dos astros, conforme ressalta Almeida (2013 p 14):

[...] o sistema de coordenadas surgiu a partir da observação do céu e do movimento dos astros. Os gregos antigos observaram que a trajetória do Sol descrevia uma

declinação no céu, de maneira que havia um, limite para as terras nas quais o sol ficava a pino no verão. Esse limite foi demarcado por uma linha: o tropico.

No entanto, com o aperfeiçoamento da cartografia, após o renascimento, novas interpretações e análises geográficas surgem, originando latitudes, longitudes, paralelos, meridianos e os pontos cardeais e colaterais.

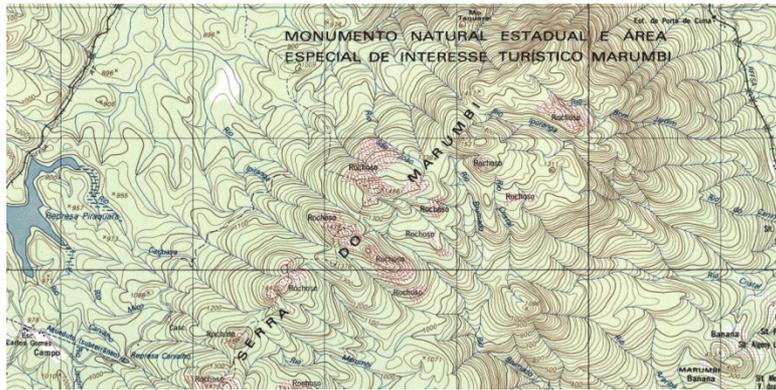
Entende-se que paralelos seja linhas paralelas ao equador, e os meridianos linhas perpendiculares ao equador. Com o domínio de tais representações, é possível se localizar com precisão qualquer ponto do planeta. Vale ressaltar que o GPS (Sistema de posicionamento Global) utiliza das representações de paralelos, meridianos, longitude e latitude para oferecer ao usuário uma base de dados completa e atualizada.

Atualmente, os cartógrafos possuem uma vasta gama de formas, ferramentas e meios para a elaboração de suas representações cartográficas, dentre elas o mapa a carta e o croqui.



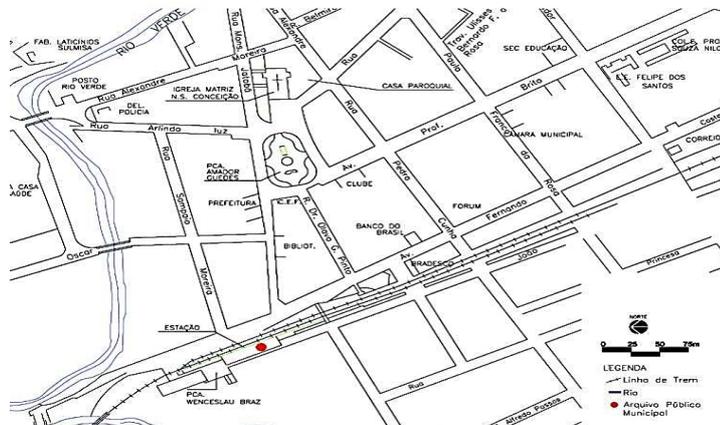
A ilustração acima representa um mapa, com importantes informações em seu desenho. São elementos fundamentais nos mapas: o título apresentando o tema a ser abordado na representação, a legenda que indica as informações simbólicas que estão contidas no mapa, a escala a fim de informar quantas vezes o tamanho original foi reduzido e a orientação, para atribuir a localização espacial.

A carta topográfica na perspectiva de Oliveira (1988) tem como objetivo elaborar mediante levantamento original ou compilação de outras topografias existentes em escala maior. Isso inclui os acidentes naturais e os artificiais, permitindo a determinação de altitudes e, ainda em que os acidentes planimétricos e batimétricos são geograficamente bem representados.



De forma geral, carta topográfica é a representação, em escala, sobre um plano dos acidentes naturais e artificiais da superfície terrestre de forma mensurável, no caso da imagem acima, a carta foi desenvolvida para atender ao turismo, mostrando suas posições planimétricas e altimétricas. A posição altimétrica ou relevo é normalmente determinado por curvas, com as cotas referenciadas ao nível do mar.

De acordo com Bonifácio e Silva (2009), as cartas topográficas não são mapas, embora guardem com estes muita semelhança. Ao contrário dos mapas, que representam certas porções bem definidas do espaço terrestre, como cidades, estados, mares, países, cujos limites são físicos ou políticos; os limites de uma carta topográfica são matemáticos, geralmente meridianos e paralelos.



Fonte: http://www.portaldopatrimoniocultural.com.br/mati/upload/max_mat1078345145.jpg

O croqui, diferente do mapa e da carta topográfica, é um esboço preliminar desenvolvido a partir de uma dada realidade, feito de forma manual, sem seguir padrões da semiologia gráfica, desobedecendo à proporcionalidade da escala.

ENTRE “MERIDIANOS” E “PARALELOS”: A CARTOGRAFIA “LOCALIZADA” NO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

O ensino de jovens e adultos – EJA é uma modalidade de ensino, com sua regulamentação na LDB (Lei de Diretrizes e Bases), nas DCN's (Diretrizes Curriculares Nacionais) e nos Planos de Educação, ofertado atualmente para aqueles indivíduos que não concluíram o ciclo educacional no tempo adequado, conforme ressalta o artigo 37, capítulo II, seção V da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Nesse documento fica claro que: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”1996).

Com a Revolução de 1930, a demanda por um ensino de adultos aumentou, pois se consolidava no País o início do processo de urbanização e industrialização, e conforme ressaltado anteriormente era necessário uma mão de obra funcional, eis que surgem políticas pedagógicas voltadas para essa modalidade de ensino.

Dá-se, então, há a necessidade de regulamentação do FNEP (Fundo Nacional do Ensino Primário) e a criação do INEP (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS), Com isso, surgem às primeiras obras dedicadas ao ensino supletivo, bem como o lançamento de material didático para essa parcela de educandos, até então inexistentes.

A partir de 1945, juntamente com o processo de redemocratização do Estado brasileiro, Paulo Freire, importante pedagogo brasileiro e teórico das políticas públicas educacionais, abre caminho para a modalidade de educação de jovens e adultos. Essa, por sua vez conhecida como a ‘pedagogia de alfabetização de jovens e adultos’. Freire (1990), com ideologia marxista em sua teoria, propõe que o educando assimilará de forma mais rápida e precisa se o mesmo estiver realizando uma prática dialética.

A história não muito distante da EJA conta-nos sobre importante momento de política pública voltada ao ensino dessa modalidade com a criação de programas inovadores com parceria entre setores da educação e órgãos de desenvolvimento. Cria-se, nesse contexto do MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização - 1967), pela Lei de Número 5.379. A proposta do MOBREAL era a alfabetização funcional. Essa diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita para fins específicos, para a realização de tarefas cotidianas, do âmbito profissional e da convivência comunitária. A qualificação funcional atribui à alfabetização um caráter instrumental. O ensino da leitura e da escrita vincula-se ao desenvolvimento de certas capacidades relacionadas à vida adulta, Para além do domínio de capacidades elementares acerca da língua escrita, tais como decifrar e decodificar.

Conforme ressalta Moura (1999), a alfabetização de jovens e adultos tem sido alvo de lutas de interesses intensos e movimentos distintos na história da educação, identificando vários grupos, sejam eles econômicos, políticos, intelectuais entre outros, em torno da reivindicação- ou não- de definição de políticas e ações para a modalidade de ensino de jovens e adultos.

Por outro lado, tem-se por certo que uma educação básica de qualidade sempre terá como prioridade e meta dos órgãos governamentais a qualidade e praticidade para a vida conforme o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Investir na educação básica significa valorizar a educação profissional e superior. Elas estão ligadas, direta ou indiretamente, englobando os sujeitos que se “perderam” em sua formação escolar. Sabe-se que a educação básica é planejada para um tempo mínimo de nove anos (Ensino Fundamental I e II Fase). Mesmo nesse tempo, muitos não conseguem concluir seus estudos criando uma situação problemática para o *continuum* do processo educacional em suas vidas.

Nessa perspectiva, a EJA – Educação de Jovens e Adultos – tem sido uma ferramenta imprescindível no processo de educação tardia (EJA) com clareza e ações imediatas nos objetivos e metas que tem sido proposto. Um dos principais desafios dessa modalidade de ensino é “corrigir” lacuna cronológica na vida estudantil dos sujeitos. A maioria dos alunos assistidos pela EJA constitui-se por trabalhadores. Pode-se dizer que a EJA possui caráter não preventivo e sim corretivo. Essa possibilidade de reajuste no processo de ensino nas fases iniciais alcança muitos alunos que não concluíram a formação básica no tempo previsto.

Contudo, vale ressaltar que as políticas na educação básica possui sistema de gestão de pessoas e recursos destinados a desenvolver “saltos” de qualidade apontados nos indicadores utilizados pelo governo para dimensionar a educação brasileira. Percebe-se, dentre os programas de criação recente o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e outras formas de avaliação e zoneamento da participação social desses programas governamentais.

Com o PDE, o Ministério da Educação pretende mostrar à sociedade tudo o que se passa dentro e fora da escola, com prestação de contas precisas e assistidas. Contudo, caso as políticas de atuação, acompanhamento, avaliação dos programas mantidos pelo Ministério da Educação e Secretaria educacionais em vão estaria todo esforço de inúmeros profissionais que atual nesses setores. Isso porque, alcançar o aluno, o estudante jovem e/ou adulto dando-lhes oportunidades de inserção no mercado de trabalho, melhor qualidade de vida e possibilidades de melhorar sua condição técnica de ser humano valorizando sua cidadania, em nada terá proveito tais programas e incentivos governamentais para a educação básica.

Lembre-se que a Educação de Jovens e Adultos – EJA é uma modalidade da educação básica destinada aos jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram os estudos no ensino fundamental e no ensino médio. Por isso, a importância em destacar a concepção ampliada de educação de jovens e adultos num sentido mais holístico e agregador de valores, ética, conhecimento e visão de futuro.

A Secretaria Municipal de Educação de Anápolis (SEMED) mantém em sua estrutura de apoio didático pedagógico direcionado aos professores que trabalham na EJA, com apoio direcionado por áreas do conhecimento oferecendo assessoria aos professores que trabalham com o público de jovens e adultos. Esse modelo de gestão tem sido desenvolvido na Educação municipal de Anápolis na modalidade EJA há mais de 20 anos. Mesmo assim, não se foge ao modelo centralizador e pouco democrático do processo de ensino – aprendizagem. O que se deve buscar é a ação conjunta entre os envolvidos no processo: aluno – professor – gestão pública.

Nesse sentido, valoriza-se mais que a educação e o ensino formal de disciplinas compartmentadas, mas um processo de ensino que ultrapasse a mera “escolarização do sujeito”, mas sim reconhecer a educação como direito humano fundamental para a constituição de jovens e adultos autônomos, críticos e ativos frente à realidade em que vivem e se reproduzem como seres humanos e cidadãos com direitos e deveres.

Mesmo sendo a idade mínima para ingresso na EJA ser de 15 anos para o Ensino Fundamental e 18 anos para o Ensino Médio, percebe-se que mesmo esses alunos com pouca idade perderam-se no tempo “normal” de sua escolarização. O que se tem visto é a necessidade de trabalho para contribuir com os gastos familiares, a saída desses jovens da Escola.

Paralelo às necessidades socioeconômicas dessa população “carente de tempo/oportunidade” bem como de condições para se escolarizar, e necessário estabelecer algumas diretrizes ao planejamento desse segmento de ensino. O direcionamento dado ao processo de ensino/aprendizado na EJA tem todos os seus vértices voltados à recolocação social do indivíduo dentro da educação sistematizada já desenvolvida nas outras modalidades de educação, não se diferenciando ou mesmo distanciando destes aspectos em todas as suas disciplinas e ações pedagógicas.

No âmbito geográfico, tem como função maior, a compreensão da cidadania como participação social e política, identificando e avaliando as ações do homem na sociedade e suas consequências em diferentes espaços e tempo. Para tanto, utiliza-se da linguagem cartográfica para obter informações e representar as especialidades dos fenômenos geográficos.

Essa mesma abordagem deixa-nos perceber o aluno que se faz presente dentro das salas da EJA. Pessoas com diversas formações socioculturais, forte variação de idade em diferentes contextos sociais e história de vida. Mesmo com tantas diferenças, a comunidade assistida pela EJA tem em comum a necessidade de recuperar o “tempo perdido”, importante objetivo desses alunos. Também, vislumbram na trajetória da modalidade de ensino da EJA a satisfação pessoal e acadêmica quanto a visão de escola e participação social.

Além de anseio pelo conhecimento de um “mundo”, muitas vezes desconhecido pra eles, o outro “mundo real” que até então existia em seu imaginário. A aprendizagem se faz com mais qualidade quando esses sujeitos se “enxergam” no processo de ensino. Superam a alienação e se identificam com outros sujeitos da História, da Geografia, das Artes, das Letras e da Matemática entre outras áreas do conhecimento. Com essa prerrogativa, o aluno da EJA consegue aliar conhecimento científico acadêmico e escolar à sua prática cotidiana, rica e individual construída numa coletividade.

Não são poucos os desafios do ensino da EJA. Não muito distantes da realidade dos alunos, tem-se professores que apresentam algumas dificuldades em lidar com esse público jovem e adulto. Muitas vezes o preconceito atrapalha a visão e ação pedagógica desses profissionais ao lidarem com uma comunidade que agrega em sua realidade tantas dificuldades de apreensão dos conhecimentos e fragilidade no desenvolvimento de habilidades cognitivas. No que tange ao alunado da EJA, muitos desenvolveram ao longo da vida problemas de baixa autoestima. Eles desacreditam em suas próprias potencialidades e se sentem acuados quando as disciplinas e dificuldades de conteúdos vão se mostrando.

Acredita-se que o EDUCADOR - EJA tenha que se preocupar em desenvolver seus conteúdos e atividades de aprendizagem visando o desenvolvimento cognitivo, social e informacional dos alunos na medida em que esses sujeitos se mostram motivados a estudar e aprender. Nesse momento, a autoestima e o prazer em conhecer (aprender) mesmo que de forma lenta e gradativa, fortalece o laço dos alunos com a escola e com o estudo.

Esse processo mais lento com atividades que vislumbre as realidades desses alunos deve acompanhar o planejamento de conteúdos e processos de ensino aprendizagem sem “cortar” a realidade dos alunos. Ensinar a partir da prática cotidiana deles, é sem dúvida, uma excelente metodologia de ensino. É preciso ter conhecimento prévio e sensibilidade para ouvir e interpretar seus comportamentos, considerando os vínculos entre educação, trabalho e práticas sociais, políticas e culturais. O principal elemento que deve gerir processos de ensino na EJA deve ser *o reconhecimento dos educandos como iguais construtores e portadores de cultura e de saberes.*

O educador / professor de Jovens e Adultos não é a figura central, mas é mediador do conhecimento. É preciso saber trabalhar em processos de construção, através da interatividade com os educandos e o meio. Para isso, precisa ser reflexivo em suas ações. Não é a questão de aumentar trabalho, mas de repensar a forma dele e como esse processo de educar pode ser mais bem gerido.

Nessa proposta de ensino, é necessária a construção de estratégias que favoreçam autonomia, a sensibilidade para trabalhar com a diversidade, a avaliação dos programas e carências, no sentido de ajudá-los a tomar consciência “de como” a aprendizagem se realiza. Também, os educadores devem propiciar alternativas de “convívio” para que este não se encerre no espaço ou no período de aula propriamente dito.

Segundo o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Deputado José de Assis (2015), elaborado em consonância com as políticas educacionais estabelecidas pelas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pelo Plano Nacional de Educação e a pela política filosófica e pedagógica da Secretaria de Educação de Anápolis (SEMED), tem em suas ações voltadas para o desenvolvimento de projetos educacionais. Estes priorizam o atendimento do currículo mínimo proposta para essa modalidade de ensino e as particularidades da comunidade onde está inserida, os jovens e adultos da comunidade local.

O ensino de jovens e adultos– EJA é uma modalidade de ensino, com regulamentação na LDB (Lei de Diretrizes e Bases), nas DCN’s (Diretrizes Curriculares Nacionais) e nos Planos de Educação, ofertado atualmente para aqueles indivíduos que não concluíram o ciclo educacional no tempo adequado, conforme ressalta o artigo 37, capítulo II, seção V da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Nesse documento fica claro que: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (1996).

Com a Revolução de 1930, a demanda por um ensino de adultos aumentou, pois se consolidava no País o início do processo de urbanização e industrialização, e conforme ressaltado anteriormente era necessário uma mão de obra funcional, eis que surgem políticas pedagógicas voltadas para essa modalidade de ensino.

Dá-se, então, a necessidade de regulamentação do FNEP (Fundo Nacional do Ensino Primário), a criação do INEP; o surgimento das primeiras obras dedicadas ao ensino supletivo, e o lançamento de material didático para essa parcela de educandos, até então inexistentes, a partir desse momento.

A partir de 1945, juntamente com o processo de redemocratização do Estado brasileiro, eis que surge Paulo Freire, considerado o pioneiro da pedagogia e da alfabetização

de jovens e adultos. Freire, com ideologia marxista em sua teoria, propõe que o educando assimilará de forma mais rápida e precisa se o mesmo estiver realizando uma prática dialética.

Com criação de alguns programas e parcerias com órgãos ligados ao desenvolvimento, como por exemplo, a criação do MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), no ano de 1967, pela Lei de Número 5.379, cuja proposta era a alfabetização básica de jovens e adultos, ou seja, era trabalhado apenas a escrita e a leitura, inserindo o jovem e o adulto no mercado de trabalho.

Conforme ressalta Moura (1999), a alfabetização de jovens e adultos tem sido alvo de lutas de interesses intensos e movimentos distintos na história da educação, identificando vários grupos, sejam eles econômicos, políticos, intelectuais entre outros, em torno da reivindicação- ou não- de definição de políticas e ações para a área.

A cartografia e a geografia sempre tiveram importância para a sociedade e para o Estado em vários contextos, dentre eles na Geopolítica e na formação territorial. Na concepção de Moraes (2008), a geografia e a cartografia tiveram um papel fundamental na realização do inventário das riquezas de cada povo e no fornecimento de informações relativas aos diversos locais do planeta.

Sempre de forma interdisciplinar, a geografia e cartografia ingressaram a partir do século XVIII, um constante processo de evolução, que desencadeou uma série de novas tecnologias que transformaram de forma rápida a vida do homem, sobretudo, no modo de produzir mercadorias.

No entanto, com a “evolução” e a história do pensamento geográfico e da práxis da geografia como ciência do espaço, a cartografia passa a ter um novo sentido e uma nova importância, perdendo a característica de inventariar e descrever povos e nações, utilizando de representações para demonstrar suas rotas e caminhos.

Então, como ensinar cartografia em um espaço geográfico em constantes alterações? Para quem ensinar? E como ensinar? Para que seu trabalho tenha um índice de aceitação, e necessário trabalhar a cartografia de forma interdisciplinar, ou seja, em diversas áreas do conhecimento, mas cada disciplina com um objetivo específico. Vale ressaltar que o docente está trabalhando com um público de idade mais avançada, no entanto e necessário considerar as “particularidades” de cada turma, suas dificuldades e suas habilidades, propondo uma nova didática para lecionar.

Novamente buscando ponderações de Moraes (2008), para aquilatar a importância de estudos cartográficos no âmbito escolar, o professor tem a função de “mediador” do conhecimento, norteando seus educandos para um saber, a compreensão e o pensamento

crítico. O aluno é um agente na construção do conhecimento, com sua bagagem de vida e em experiências vividas, fazendo com que o ensino e a aprendizagem estejam interligados, um com complemento do outro.

Moraes (2008) instiga o leitor para algumas questões de alfabetização cartográfica, levando a refletir sobre a função da geografia em especial na área cartográfica no mundo globalizado. Como ela está presente no cotidiano dos educandos? É necessário que o discente tenha um senso crítico de como utilizar a cartografia no seu dia a dia, suas funções básicas e aplicações.

Quais suas concepções sobre a cartografia e qual seu nível de alfabetização cartográfica? Outro ponto que merece destaque é saber em qual nível de alfabetização cartográfica o aluno está se em nível regular, intermediário ou avançado, para que assim possa aplicar uma metodologia eficaz.

Sendo a cartografia uma ciência presente no dia a dia e de suma importância para a sociedade utilizada desde o telejornal nas “previsões do tempo”, no GPS (Sistema de posicionamento Global), nos livros e revistas, no entanto faz-se necessário entender a sua dinâmica e a interpretação e alfabetização que os discentes têm desta ciência.

O presente artigo tem como função analisar qual o nível de conhecimento que alunos do Ensino de Jovens e Adultos (EJA), da Escola Municipal Deputado José de Assis, no Município de Anápolis tem acerca da cartografia, conteúdos que devem ser ensinados, obrigatoriamente na disciplina de Geografia.

A SUBJETIVIDADE “CARTOGRÁFICA” NA LEITURA ESPACIAL: ALGUNS ACHADOS DA PESQUISA NUMA “LEITURA CARTOGRÁFICA” NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

Para a realização da pesquisa sobre alfabetização cartográfica na EJA, visitamos uma escola de periferia da cidade de Anápolis. Estabeleceu-se contato inicial com seus gestores e professores de geografia – EJA / II Etapa. No momento de aplicação da pesquisa, buscou-se a aproximação entre a teoria e a prática cartográfica. O objetivo era buscar visualizar, a partir da percepção dos alunos, a praticidade da cartografia no cotidiano dessa comunidade.

Para tanto, aplicou-se “questionário aberto” – questões objetivas e subjetivas – para 10 alunos (o quantitativo presente na data da aplicação da pesquisa). (Originalmente a turma é bem maior) da turma do 4º semestre EJA – II Etapa da Escola visitada. Após a realização do

questionário com o tema alfabetização cartográfica na EJA, foi possível colher alguns “achados”. Desses surgiram dados e elementos que nortearam a reflexão desse artigo.

Uma das preocupações da pesquisa era promover nas respostas que seriam elaboradas o senso crítico das figuras cartográficas e de seus elementos teóricos travando desafio às habilidades de raciocínio lógico dos alunos. Nesse mecanismo de coleta de dados, identificou-se o desempenho ao dissertar sobre situações, conhecimento prévio e pela percepção de figuras / mapas e, em um segundo momento, deu-se a interpretação crítica das informações cartográficas representadas como situações – problema para os alunos.

O objetivo principal desse modelo de instrumento de colheita de dados pautou-se na possibilidade de analisar a capacidade de escrita acerca de questões indo do âmbito micro ao macro da leitura cartográfica de simples entendimento e percepção.

A primeira etapa constitui-se de cinco questões. Na primeira questão, o alunado respondeu com um raciocínio lógico voltado para a geografia, relacionando as duas áreas do conhecimento, colocando a cartografia como uma ferramenta para se localizar no espaço. Para alguns, a cartografia é vista como um “desenho” reduzido do território, a fim de demarcá-lo.

Na segunda questão, os entrevistados pontuaram os quatro elementos básicos para a construção de um mapa, ressaltando que sem o título, a legenda, a escala e a fonte a reprodução fica insuficiente.

A questão de número três se baseava na vivência do aluno no dia a dia, e interpretações acerca da cartografia, então os alunos relacionaram a cartografia com a presença de mapas no seu dia a dia. Alguns responderam que fazem uso da mesma quando utilizam o GPS, para outros, quando utilizada para localização, e em mapas mentais, quando “traça” seu percurso de casa até a escola.

Quando perguntado por que a ciência criou os mapas, os alunos assinalaram que a criação do mapa surge na necessidade de localização do homem, e a sua necessidade de representar o lugar em que está inserido.

“Raciocínio lógico cartográfico”: Na última questão subjetiva, o enunciado solicita ao aluno que complete com a palavra correta as afirmações, no entanto grande parte respondeu que os mapas servem para a localização e “identificar a região”. A escala na concepção dos alunos tem a função de “reduzir a realidade”, ou seja, colocar em um mapa um determinado lugar. Quanto ao título, os discentes retrataram que este traz a informação ou o tema que será apresentado a seguir.

A fim de trabalhar o senso crítico dos alunos, na primeira questão os alunos assinalaram a opção “errada”, e grande parte afirmou que a legenda não é responsável por

apontar a proporção entre a superfície real e a representação gráfica dessa superfície, ressaltando um conhecimento na produção cartográfica básica.

Na atividade, a escala ganhou ênfase ao ser questionado qual e sua função no mapa, e na concepção dos discentes esta serve para demonstrar quantas vezes o tamanho original foi reduzido para ser representado.

Ao trabalhar a com coordenadas geográficas com a turma, solicitou-se que aos alunos que após a “leitura” do mapa, assinalasse a questão correta em relação ao posicionamento do Brasil no Planisfério, e na opinião dos alunos entrevistados, o Brasil está localizado em três hemisférios diferentes, sendo que este é cortado pela linha do Equador, uma das principais linhas imaginárias do sistema de coordenadas geográficas.

BIBLIOGRAFIA

Aguiar, Carolina Amaral de; Bazzoni, Cláudio; Grinspum, Denise. *Coleção Viver, Aprender. Educação de Jovens e Adultos – Segundo Segmento do Ensino Fundamental. Volume 1 –* Editora Global

ALMEIDA, Rosângela Doin de, *Do desenho ao mapa: Iniciação cartográfica na escola* São Paulo, Ed Contexto, 2013.

Aoki, Virgínia. *EJA Moderna: Educação de Jovens e Adultos/* organizadora Editora Moderna – 1 ed. São Paulo: Moderna, 2013.

BONIFACIO e SILVA, Cássia Maria; Sonia Maria Da. *Representação cartográfica: aspectos da História da Humanidade. I Simpósio Nacional de Recursos Tecnológicos aplicados a Cartografia.* Maringá, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia.* Brasília: MEC/SEF, 1998. = Educação de Jovens e Adultos – Proposta curricular para o 1º Segmento do Ensino Fundamental. SEMED 2013

FREITAS, Eduardo De. "Primeira Revolução Industrial"; Brasil Escola. Disponível em <<http://www.brasilecola.com/geografia/primeira-revolucao-industrial.htm>>. Acesso em 05 de outubro de 2015.

GALVEAS, Elias Celso. Paulo Freire e o método de alfabetização de adultos. Resenha Crítica. Disponível em: www.projetomemoria.art.br/PauloFreire . Acesso 05/10/2015.

MORAES, Loçandra Borges de. *A cidade em mapas*, Goiânia, Ed Vieira, 2008.

MOURA, Tânia Maria de Melo, *A prática pedagógica dos alfabetizadores de Jovens e Adultos: Contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky.* Maceió, EDUFAL, 1999.

PINTO, Álvaro Vieira, Sete Lições sobre educação de Adultos. São Paulo, Ed Cortez, 1991.
Projeto Político Pedagógico Escola municipal Deputado José de Assis – 2015/ Guia de
orientações Secretaria Municipal de Educação – EJA 2015